

# E o governo nessa?

## A QUESTÃO DO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL NO BRASIL FOI COLOCADA COMO PRIORIDADE DO GOVERNO LULA.

Na prática, a boa notícia significa que um grupo de trabalho estudou os projetos que já existem nos ministérios para encaixá-los no plano de enfrentamento. Um exemplo básico: o plano Navegar, do Ministério dos Esportes, que ensina jovens a navegar por rios e mares. “Na nossa visão, **O PROJETO TAMBÉM PODE AJUDAR NA RECONSTRUÇÃO DA AUTO-ESTIMA DE UMA VÍTIMA DE ABUSO** e dá novas perspectivas a ela”, explica Claudia Dias, assessora da Secretaria Nacional de Justiça.

Outra conquista do governo é o Programa Sentinela. Agora, por lei, todo município tem um. O de São Paulo é coordenado por Dalka de Oliveira, que também dirige o Centro de Referência Sedes Sapientiae (que faz mais de 100 atendimentos por semana). “O Sentinela atende casos, volta suas ações só para o combate à violência sexual. É um dos programas que mais deram certo na área.”

## CORRENDO POR FORA

Se por um lado as ONGs estão correndo por fora, investindo na capacitação de profissionais das áreas de saúde, segurança e educação para identificar casos de abuso, ainda falta força diante da nossa legislação, que colabora pouco para que os processos cheguem até o fim. **UM JULGAMENTO DESSES PODE DEMORAR ATÉ OITO ANOS E MUITAS VEZES É ABANDONADO PELA FAMÍLIA, JÁ DESGASTADA PELAS SEQÜELAS DO ABUSO.** Algumas ações tímidas e locais começam a mudar esse cenário. O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (Cedeca) da Bahia incentivou a criação das Varas da Criança e do Adolescente, delegacias especializadas que agilizam muito os processos. “Já temos casos definidos em um ano e meio. Além do advogado, um psicólogo também auxilia a vítima no julgamento e os juízes consideram seu depoimento como prova”, conta a coordenadora da ONG, Hélia Barbosa.



## NÃO EXISTEM NÚMEROS

Esse fenômeno também tem pouca visibilidade pela falta de dados, pois o governo distribui verbas pelas estatísticas mais dramáticas. E nesse caso a questão não são as baixas estatísticas, mas a ausência delas. **“NÃO SABEMOS QUANTOS CASOS DE ABUSO SÃO DENUNCIADOS.** Os números estão espalhados pelas ONGs e delegacias, sem centralização”, atesta Marcelo Newmann, do CRAMI. A solução é apostar em pesquisas de outros países.

No Rio, a Clínica Psicanalítica da Violência também contribui para encurtar o caminho jurídico. **“A IDÉIA É TIRAR OS PROCESSOS DAS VARAS DE FAMÍLIA, ONDE A QUESTÃO DA GUARDA DA VÍTIMA OU UMA BRIGA DOS PAIS COMPLICAM E PROTELAM A DECISÃO”**, explica a advogada Jacy Teixeira. A Clínica é responsável pela formulação dessa proposta, que pode, em breve, virar lei.